

## **Uma breve análise do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (1967-1989): entre o desenvolvimento e a floresta**

**A Brief Analysis of the Brazilian Institute of Forestry Development (1967-1989): between  
development and the forest**

**Un breve análisis del Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (1967-1989): entre el  
desarrollo y el bosque**

Recebido: 07/03/2023 | Revisado: 17/03/2023 | Aceitado: 18/03/2023 | Publicado: 23/03/2023

**Luan Felipe Silva Casarin**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0713-1110>  
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil  
E-mail: [luancasarin@hotmail.com](mailto:luancasarin@hotmail.com)

### **Resumo**

O presente trabalho buscou abordar os embates entre as perspectivas desenvolvimentistas e conservacionistas no interior do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) através da atuação de seus dirigentes, buscando identificar seus interesses e as disputas em torno dos projetos a serem implementados. Para tanto, além da revisão bibliográfica a respeito da temática, foi de fundamental importância a utilização do acervo da Hemeroteca Nacional Digital como forma de identificar os agentes envolvidos ao instituto, suas respectivas ações e os conflitos provenientes desta. Desta maneira, compreendemos o Estado enquanto o resultante da relação conflituosa entre distintas frações de classe, e não meramente como um árbitro que visa o bem comum da sociedade, ou que seja um mero instrumento de uma classe dominante. No interior do IBDF, a expansão agrícola e desenvolvimentista sofreu oposição dos setores conservacionistas, ao passo que foi estimulada por grupos capitalistas. A contradição entre o desenvolvimento e a conservação da floresta se desenvolveu por todo período de existência da instituto, até chegar seu fim devido a sua inoperância, tanto em relação ao desenvolvimento econômico como das ações necessárias para a conservação da natureza.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Conservação; IBDF.

### **Abstract**

This article sought to address the clashes between developmentalist and conservationist perspectives within the Brazilian Institute of Forestry Development (IBDF) through the actions of its directors, seeking to identify their interests and the disputes of the projects that were at stake. Therefore, in addition to the bibliographic review on the subject, it was of fundamental importance to use the Hemeroteca Nacional Digital collection as a way of identifying the agents involved in the institute, their respective actions and the conflicts arising from this. In this way, we understand the State as the result of the conflicting relationship between different class fractions, and not merely as a regulatory body that aims at the common good, or that is a mere instrument of a dominant class. Within the IBDF, agricultural and developmental expansion was opposed by conservationist sectors, while it was encouraged by business groups. The contradiction between development and the forest ran through the entire period of existence of the autarchy, until its end due to its ineffectiveness, both in relation to economic development and nature conservation.

**Keywords:** Development; Conservation; IBDF.

### **Resumen**

Este artículo buscó abordar los choques entre las perspectivas desarrollista y conservacionista dentro del Instituto Brasileño de Desarrollo Forestal (IBDF) a través de las acciones de sus directores, buscando identificar sus intereses y las disputas de los proyectos que estaban en juego. Por ello, además de la revisión bibliográfica sobre el tema, fue de fundamental importancia utilizar el acervo de la Hemeroteca Nacional Digital como forma de identificación de los agentes involucrados en el instituto, sus respectivas actuaciones y los conflictos derivados de ello. De esta forma, entendemos al Estado como el resultado de la relación conflictiva entre diferentes fracciones de clase, y no como un mero ente regulador que apunta al bien común, o que es un mero instrumento de una clase dominante. Dentro del IBDF, los sectores conservacionistas se opusieron a la expansión agrícola y desarrollista, mientras que los grupos empresariales la alentaron. La contradicción entre desarrollo y bosque atravesó todo el período de existencia de la autarquía, hasta su fin por su ineficacia, tanto en relación al desarrollo económico como a la conservación de la naturaleza.

**Palabras clave:** Desarrollo; Conservación; IBDF.

## 1. Introdução

O presente artigo centrou-se em uma breve análise do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) ao longo de seu funcionamento (1967-1989) e dos conflitos existentes entre as políticas desenvolvimentistas e conservacionistas no interior do órgão durante a aplicação de seus projetos no Brasil e na Amazônia. O IBDF foi uma autarquia criada durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985) por meio do Decreto-lei nº 289 de 28 de fevereiro de 1967, que tinha por objetivo a promoção do desenvolvimento do setor florestal brasileiro, assim como da proteção da fauna e da flora mediante a criação e fiscalização de áreas de proteção. Conforme apontado por Cesar (2010), a criação do IBDF esteve diretamente vinculada com o Código Florestal de 1965, assim como da Lei de Incentivos Fiscais de 1966, o que faria o órgão a pender para o estímulo econômico da exploração das riquezas florestais, ao invés do estímulo para a sua proteção.

Criado em 28 de fevereiro de 1967 pelo Decreto-lei nº 289, o IBDF resultou da união dos três órgãos - DRNR, INP e INM- seus objetivos atendiam às necessidades de se elaborar uma política de desenvolvimento do setor florestal. Essa política compreenderia setores de preservação da fauna, projetos de florestamento e reflorestamento, administração de parques nacionais e reservas biológicas e facilitação do comércio exterior de produtos silvestres brasileiros. (CESAR, 2010, p. 8)

Como bem apontado por Mendonça *et al.* (2020), sob a perspectiva de análise voltada para o crescimento econômico do setor florestal, os autores argumentaram que o grande estímulo econômico para o setor madeireiro se deu graças a existência do IBDF enquanto o instituto responsável pela aplicação de incentivos fiscais<sup>1</sup>, sendo tal política de incentivos destinados aos projetos de reflorestamento homogêneo, principalmente em relação as espécies *pinus* e *eucaliptuss*.

A primeira estrutura organizacional do IBDF, sendo o resultado da união de duas autarquias e de um departamento ministerial, sofreu em seus primeiros anos de funcionamento a influência massiva do Instituto Nacional do Pinho (INP)<sup>2</sup>, uma vez que, a maior parte dos funcionários, assim como o primeiro presidente do IBDF nomeado<sup>3</sup>, serem de origem do referido órgão. Outra autarquia voltada para o atendimento de interesses comerciais e produtivos refere-se ao Instituto Nacional do Mate (INM)<sup>4</sup>, sendo criado para atender as demandas de produtores e exportadores de mate no Sul do país. Ambas as autarquias tinham por raiz histórica e de maneira geral, a defesa da expansão do setor comercial madeireiro no Sul do Brasil.

Já o Departamento de Recursos Naturais Renováveis<sup>5</sup> (DRNR), tinha como principal função a coordenação das atividades de conservação e a exploração dos recursos florestais e faunísticos, sendo o departamento responsável pela elaboração do anteprojeto de revisão do Código Florestal de 1934, que acabaria por resultar após anos de discussões, no Código Florestal de 1965.

Cesar (2010) afirma que durante os anos iniciais da autarquia, o aspecto conservacionista do IBDF, herança de atribuições do extinto DRNR, foi posto de segundo plano. O setor de reflorestamento comercial foi privilegiado com a maior parte dos recursos. Somente com a segunda estrutura organizacional, datada de 1974, é que a ala conservacionista do IBDF teria conseguido expandir sua atuação no âmbito das pesquisas (inventário florestal e animal) e da criação de parques e reservas nacionais, como o resultado de pressões que o país vinha sofrendo de movimentos ambientalistas e de entidades financeiras internacionais.

---

<sup>1</sup> A Lei 5.106 de 02 de setembro de 1966, estabeleceu incentivos fiscais enquanto instrumento econômico de estímulo ao setor florestal. A lei preconizava dedução de 100% do imposto de renda para pessoas físicas e abate de 50% para pessoas jurídicas.

<sup>2</sup> O INP foi criado durante o Estado Novo (1937-1945), através do Decreto-Lei nº 3.124, de 19 de março de 1941. O objetivo da criação do órgão foi a proteção dos interesses dos industriais, produtores e exportadores de pinho no Sul do país.

<sup>3</sup> General Sylvio Pinto Luz.

<sup>4</sup> O INM, também criado durante o Estado Novo, através do Decreto-Lei nº 375, de 13 de abril de 1938, tinha por objetivo a defesa dos plantadores, cortadores, comerciantes e exportadores de mate.

<sup>5</sup> O DRNR foi criado pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962, sendo um órgão de administração direta na estrutura do Ministério da Agricultura.

Ao analisar a “eficácia” da atuação do IBDF, foram selecionados pelo autor cinco projetos aplicados: Programa Nacional de Reflorestamento; Programa Nacional de Celulose e Papel; Programa Nacional de Siderurgia a Carvão Vegetal e o Programa de Inventário Florestal Nacional. Dentre os cinco, somente o último possui caráter conservacionista, demonstrando a opção do instituto em elaborar projetos voltados para o setor produtivo e comercial madeireiro. Ao final de seu trabalho, Cesar chegou à conclusão que:

(...) o IBDF conferiu uma série de ganhos para o setor florestal brasileiro. Dentre esses destacam-se o aumento significativo da área reflorestada, substituições de matéria prima de origem nativa para de origem plantada na produção de carvão, aumento da área inventariada das florestas nacionais, alavancamento do setor de celulose e papel no cenário internacional e aumento do número de pesquisas na área florestal. (CESAR, 2010, p. 32)

Por serem trabalhos do mesmo campo de conhecimento, no caso, de Engenharia Florestal, percebe-se um olhar privilegiado desta área científica para os fatores produtivos e comerciais que foram estimulados e financiados pelo IBDF. O que interessa para tais pesquisadores são os resultados alcançados do ponto de vista do crescimento comercial, do reflorestamento homogêneo para fins de alimentação energética, do abastecimento industrial e da exportação de madeiras para o mercado externo. Percebe-se também que não existe a problematização da própria raiz histórica do Estado, o tratam como mera entidade reguladora da sociedade.

A interpretação do IBDF enquanto mero aparelho burocrático e institucional acaba por camuflar relações sociais de grande relevância para apreensão dos rumos econômicos e ambientais do Brasil e da Amazônia. A instituição apresentava-se em um contexto específico, com objetivos e interesses delimitados historicamente. É por essa razão que, no âmbito deste estudo, a compressão gramsciana de Estado torna-se fundamental em oposição a matriz jusnaturalista e a conceitualizações esquemáticas do marxismo dogmático.

Conforme apontado por Mendonça (1998) a interpretação jusnaturalista comumente abstrai em sua argumentação política e filosófica os grupos sociais que compõem o Estado. O Estado aparece como uma entidade dotada de vontade própria e destinada à promoção do bem comum. Para esta pesquisa, determinada interpretação não se apresenta satisfatória, pois não dá conta de explicar a complexidade que permeia as relações históricas que estão por trás deste ente que aparentemente paira no ar.

Foi somente no século XIX, com a filosofia marxista, que o jusnaturalismo passou a ser entendido enquanto fruto ideológico das relações sociais burguesas de produção, além do estabelecimento do Estado ligado à sua função coercitiva e de classe. Porém, conforme demonstrado por Gruppi (1986) apesar de Marx estabelecer o Estado como social e histórico, operando a separação entre sociedade política e sociedade civil, o autor não desenvolveu noções mais aprofundadas sobre a temática.

Com a passagem do séc. XIX para o XX, ocorreram profundas transformações no capitalismo e na sociedade em geral que desafiaram os filósofos a repensarem e questionarem estruturas teóricas bem assentadas. No campo do pensamento marxista não foi diferente. Diversos intelectuais marxistas se esforçaram por compreender a ascensão do fascismo na Europa, principalmente com o apoio das classes sociais que, se esperava, apoiariam o socialismo. Foi neste contexto que o filósofo sardo Antonio Gramsci desenvolveu seu pensamento e propôs um aprofundamento teórico das concepções de Estado dentro da teoria marxista, propondo então o conceito de Estado Ampliado em oposição tanto às interpretações jusnaturalistas, como às interpretações marxistas esquemáticas.

Permanecemos sempre no terreno da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma representação da forma corporativa-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil

(neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção). (GRAMSCI, 1968, p. 149)

Para Gramsci (1982), o Estado não é sujeito, nem meramente objeto, mas sim, a resultante de um conjunto de relações sociais, sendo a divisão da sociedade em sociedade política e sociedade civil meramente didáticas, pois na prática ambos estão interligados em uma constante relação. Determinada interligação é realizada pelos intelectuais orgânicos de diferentes segmentos das classes sociais, na busca pela efetivação de seus projetos de poder, e por consequência, na luta pelo direcionamento da sociedade, ou seja, pela hegemonia.

A noção de intelectual orgânico em Gramsci merece atenção especial devido a amplitude que o conceito carrega. O intelectual não é meramente um literato, filósofo ou um sociólogo, mas sim, aquele que desempenha a função social de representar determinados grupos sociais. Para Gramsci não existe não-intelectuais, mas sim, pessoas que não desempenham a função específica de intelectual. Em sua interpretação, os intelectuais são "comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político" (GRAMSCI, 1982, p. 11). A hegemonia, sendo entendida enquanto direção imposta por grupos dirigentes à grupos dirigidos, é um dos aspectos centrais na teoria gramsciana, pois em sua visão:

A supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a "liquidar" ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente]. (GRAMSCI, 2002, p. 62-63)

As políticas públicas, sejam elas quais forem, carregam consigo interesses que estão para além da noção de bem comum, na realidade, expressam por meio de intelectuais, as visões de mundo gestadas na sociedade civil organizada. Consideramos assim, que o Estado é o palco de disputas dentre múltiplos projetos e intelectuais dirigentes e/ou dirigidos. Nestas disputas, os Aparelhos Privados de Hegemonia<sup>6</sup> desempenham papel fundamental na propagação de ideias, técnicas e projetos políticos alçados ao Estado estrito.

Como apontado por Martins (1996), com a política econômica da Ditadura Civil-Militar voltada para o desenvolvimento (entendido como aumento do Produto Interno Bruto), a Amazônia foi vista como local fundamental para a expansão do acúmulo de capital, uma vez que as propagandas oficiais colocavam a Amazônia como terra inabitada. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão responsável pela formulação e aplicação da política ambiental brasileira, ao mesmo tempo em que deveria estimular o crescimento econômico, também deveria proteger a natureza. Essa clara contradição é devida, fundamentalmente, a relação contraditória de entre distintas visões de mundo presentes em grupos da sociedade civil organizada. Coube a esta pesquisa, mediante a compreensão gramsciana de Estado, tentar identificar como essas disputas entre diferentes atores, diferentes tipos de projetos e concepções sobre a Amazônia e a natureza, se encontraram e se desenvolveram ao longo da existência da autarquia.

## 2. Metodologia

Ao analisar a produção bibliográfica que tem por objeto de pesquisa o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), podemos constatar que através da consulta dos periódicos da Plataforma Scileo<sup>7</sup>, da Plataforma CAPES<sup>8</sup> e do

---

<sup>6</sup> Os APHs, conforme Gramsci, referem-se, por exemplo, aos sindicatos, igrejas, escolas, jornais e afins. São aparelhos destinados a produzir e disputar culturalmente visões de mundo e suas consequentes interferências na realidade prática. Esta nota está com formatação diferente das outras, a fonte, as margens e acho que o espaço entrelinhas também.

<sup>7</sup> Dos anos 1980 até 2020 foram registrados: 3 artigos e 1 artigo de revisão. Sendo todos da área de Engenharia Florestal.

<sup>8</sup> 107 resultados encontrados dentre 1973 até 2023. As pesquisas versaram sobre animais, madeiras, ecologia etc. O IBDF aparece em breves citações, seja com projetos, pesquisas, mas nada além disso.

Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro<sup>9</sup>, o referido instituto foi interpretado, na maioria dos casos, por trabalhos acadêmicos da área de Engenharia Florestal. Os artigos achados passam longe de qualquer abordagem que leve em conta os atores sociais, as contradições internas do instituto e a materialização de projetos associados a dado contexto histórico. Sendo assim, o estudo foi realizado mediante a revisão bibliográfica narrativa, que como demonstrado por Batista e Kumada (2021), é constituído por um procedimento de pesquisa mais aberto, tanto no que concerne à coleta de dados, como em sua análise. Conforme apontado por Ribeiro (2014), o método de revisão narrativa tem a preocupação primária de apresentar sínteses e de elencar algumas temáticas sem o compromisso sistemático, buscando apontar assim, os possíveis caminhos de pesquisas sobre determinado tema.

Sendo assim, por se tratar de um artigo com um olhar histórico, voltado para o período entre 1967 a 1989, buscamos abordar situações pouco exploradas pela bibliografia existente, sendo o conflito entre o desenvolvimento e a conservação da natureza representado pelos dirigentes do próprio instituto. A identificação de tais atores e dos caminhos tomados pelo instituto, passou pela análise da legislação ambiental brasileira e do acervo da Hemeroteca Nacional Digital, buscando informações em matérias jornalísticas em um período de 1967 até o final de 1989, assim como da documentação oficial produzida pelo referido instituto. Desta forma, a pesquisa centrou-se tanto nas informações que permeavam o órgão, bem como na trajetória de seus presidentes, secretários, diretores, delegados, suas respectivas relações no âmbito da sociedade civil organizada e, por consequência, suas visões de mundo em disputa pela hegemonia do instituto.

### **3. Resultados e Discussão**

#### **A ideologia do desenvolvimento e a conservação da natureza**

Sendo uma palavra largamente utilizada em variados contextos, faz-se necessário uma breve contextualização a respeito da noção de “desenvolvimento”, aspecto primordial no contexto histórico abordado. Conforme Esteva (2000), o “desenvolvimento” ocupou de maneira estrondosa uma gigantesca constelação semântica, podendo ser utilizada em múltiplas áreas do conhecimento e em variadas situações do cotidiano. Como argumentado por Esteva (2000), a origem da palavra “desenvolvimento” esteve relacionado com o desenrolar de estágios de objetos ou de organismos. Sendo assim, as interpretações iniciais a respeito do significado de “desenvolvimento” estiveram inicialmente vinculados ao mundo da biologia. No século XIX, principalmente pela influência da obra de Charles Darwin, “desenvolvimento” e “evolução” passaram a ser utilizados enquanto sinônimos pelos cientistas. Não tardou para que “desenvolvimento” fosse atrelado também ao mundo econômico.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, a palavra “desenvolvimento” ganharia outra mudança qualitativa substancial no que se refere à sua compreensão. Na posse do Presidente Truman em 1949 o seu discurso foi responsável por inaugurar uma “nova era”. Truman estabeleceu a existência dos países “subdesenvolvidos”, assim como da necessidade de fornecer ajuda técnica e científica para tais áreas.

Desta forma, a política externa estadunidense acabava por “inventar” os países subdesenvolvidos, sendo estabelecido que estes deveriam ter por modelo histórico a ser seguido, a potência mundial que alcançou o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento nesse sentido, aparece como uma necessidade dos países pobres em trilhar o caminho daqueles que já se encontravam em tal situação “desenvolvida”, sendo este último grupo, os responsáveis por guiar os países subdesenvolvidos.

Não tardou para que os próprios intelectuais latino-americanos se debruçassem sobre a problemática do “subdesenvolvimento”. Nesse sentido, através da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) fundada em 1948 sob auspícios da ONU, teve como principal fundador, conforme apontado por Mello (1984), o pensamento estruturalista de Raul Prebisch. No seu célebre artigo, Prebisch (1949) apontou para a necessidade das economias periféricas, historicamente

---

<sup>9</sup> A UFRRJ possui um grande acervo de trabalhos acadêmicos sobre a temática florestal brasileira, alguns desses trabalhos, abordavam diretamente o IBDF.

destinadas a vender produtos agrícolas, a buscarem a substituição de importações, principalmente de produtos industrializados, uma vez que a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo se mostrara extremamente prejudiciais para o próprio desenvolvimento industrial latino-americano. Desta forma, corroborado posteriormente por Celso Furtado (1952), o desenvolvimento econômico estaria vinculado no interior do pensamento cepalino ao progresso técnico, a industrialização e a uma adequada legislação social, como forma de distribuição da riqueza socialmente produzida.

Como bem demonstrado por Skidmore (1982), após a Segunda Guerra Mundial houve uma clara aproximação, tanto ideológica como econômica entre o Brasil e os EUA. Em dado processo de aproximação, o Brasil reivindicava por parte dos EUA, auxílios financeiros e consultorias técnicas aos moldes do plano de recuperação econômica aplicados à Europa. Após muita insistência, como demonstrado por Ribeiro (2012), foi instalada a Comissão Mista para o Desenvolvimento Brasil – Estados Unidos (CMBEU) em 1951, sendo destinada a apresentar o diagnóstico da economia brasileira assim como as possíveis soluções. Durante o estudo foi elaborado o conceito de “pontos de estrangulamento” que buscava apontar para as áreas prioritárias para que o Brasil buscasse superar os entraves de seu desenvolvimento, sendo os dois principais óbices ao desenvolvimento considerado pelo relatório, o setor de transportes e o energético.

Como apontado por Faro (1991), o Brasil adentrava a década de 1950 preocupado em “acelerar” seu processo de desenvolvimento. Para que fosse alcançado tal empreendimento, o Estado seria o responsável pela arrancada econômica e produtiva do país e a indústria seria o carro-chefe da economia “nacional”. Como bem demonstrado por Toledo (1997), a campanha de Juscelino Kubitchek, “50 anos em 5” evidenciava a efetivação da ideologia desenvolvimentista na política nacional e dos rumos econômicos e políticos do país. A rápida industrialização do Brasil na década de 1950, principalmente pela participação do capital estrangeiro, foi responsável pela eclosão, guardada as proporções, da preocupação conservacionista no Brasil, principalmente por conta das recentes discussões a nível mundial da possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e da necessidade de resguardar a natureza da intensa exploração. Como bem apontado por Franco (2009), foi somente durante as primeiras décadas do século XX que as práticas conservacionistas foram se manifestar no Brasil, principalmente por conta da criação de parques nacionais durante a década de 1930.

O discurso conservacionista moderno, apresentado por Franco, diz a respeito das duas principais correntes ambientalistas que se manifestaram em fins do Séc. XIX e início do Séc. XX: sendo o preservacionismo de John Muir (1838-1914) e o conservacionismo de Gifford Pinchot (1865-1946). Como apontado por McCormick (1992), o primeiro grupo está relacionado a constituição e disseminação de parques nacionais, sendo fortemente influenciados por uma concepção romântica acerca da natureza. Já os conservacionistas, tinham por fundamento a exploração racional dos recursos naturais, buscando evitar desperdícios para a utilização futura dos recursos pelas futuras gerações.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a reconstrução de organismos internacionais multilaterais, a temática de proteção à natureza voltou à tona em 1948 sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com a criação da Comissão Internacional de Proteção a Natureza, que mais tarde mudaria seu nome para União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais (IUCN) em 1956.

Como discutido por Souza (2013), a mudança de nomenclatura fazia parte das disputas internas entre os conceitos de “preservação” e “conservação” e da construção de uma nova percepção acerca da natureza e da relação da humanidade para com ela, uma vez que a noção de “proteção” remetia a ideias gestadas pelo pensamento preservacionista da não interação dos grupos humanos com o mundo natural.

Sob influência de entidades ambientalistas internacionais, sobretudo da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), grupos conservacionistas começavam a se articular no Brasil na década de 1950 como resposta à política desenvolvimentista. Dentre elas, a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN) se constituiu enquanto principal entidade conservacionista do período. Como demonstrado por Urban (1998), a FBCN teve sua origem em agosto de 1958 na

cidade do Rio de Janeiro, com a preocupação de contrapor o desenvolvimentismo desenfreado que ameaça a natureza. Os membros fundadores da FBCN foi composto por cientistas e engenheiros agrônomos, sendo na maioria dos casos, funcionários de Estado. Suas articulações para a adoção de medidas de proteção a natureza eram realizadas por meio de *Lobby* com os ocupantes do executivo, não existindo mobilizações populares por parte de tais agentes.

Até 1966 a FBCN possuía baixa mobilização enquanto grupo organizado, porém seus fundadores, principalmente relação à Victor Abdennur Farah, exerceram forte influência na criação de Parques Nacionais durante os governos de JK e JQ, assim como na comissão do Código Florestal de 1965. A partir de 1966 a FBCN passou por uma reestruturação guiada pelo biólogo e ambientalista José Cândido Melo de Carvalho, que se inspirou nas estruturas organizacionais da IUCN, levando a sociedade civil organizada a se articular com as agências de Estado mediante a convênios, participando assim, ativamente da formulação das políticas públicas destinadas à proteção da natureza no Brasil.

Como bem apontado por Dreifuss (1981), a ditadura civil-militar no Brasil significou a resposta histórica, construída através da aliança entre militares, empresários e tecnocratas - para a remoção dos obstáculos impetrados pela classe trabalhadora na luta pela defesa de seu padrão de vida, o que acabava por impor sérias dificuldades na consolidação do modelo de acumulação monopolista iniciada ainda no governo de Juscelino Kubitschek. Com a início do governo autoritário, o crescimento econômico foi largamente utilizado como premissa ideológica para a atuação dos militares e dos tecnocratas em prol do “desenvolvimento econômico” nacional, como apontado por Campos e Simonsen (1974), sendo estes, próprios ministros do regime.

Assim sendo, o setor florestal brasileiro não escaparia de tal premissa, sendo utilizada como nova possibilidade de ganhos econômicos para o país. Desta forma, o desenvolvimento para os tecnocratas do regime militar deteria significados de mero crescimento econômico, ignorando a distribuição de renda, assim como dos impactos sob a natureza. Sendo esse último aspecto, duramente criticado pelas entidades conservacionistas internacionais, já que a própria posição do Brasil na Conferência sobre o Meio Ambiente realizada pela ONU em 1972, foi em defender a continuidade das políticas desenvolvimentistas empregas pelos países “em desenvolvimento”.

### **Entre o desenvolvimento e a floresta**

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal foi criado em 1967, absorvendo para a sua estrutura o Instituto Nacional do Pinho, o Departamento de Recursos Naturais Renováveis e o Instituto Nacional do Mate. Em seus anos iniciais de funcionamento, o General Sylvio Pinto Luz<sup>10</sup> foi o responsável pela condução da hegemonia produtivista e comercial do Instituto Nacional do Pinho na recente autarquia criada. Já, Alceo Magnanini<sup>11</sup> foi responsável por ser a principal força conservacionista do instituto, uma vez que, como demonstrado por Urban (1998), o engenheiro agrônomo deu continuidade as medidas conservacionistas que já vinham sendo gestadas no interior do Departamento de Recursos Naturais Renováveis. Conforme depoimento coletado por Urban de Alceo Magnanini:

O pior da fusão ficou comigo (...) todas as pesquisas florestais e a conservação da natureza ficaram nesse departamento, que tinha exatamente duas pessoas (...). Fiz uma proposta de contratação (...) para dar conta de tudo, precisava praticamente de 1200 pessoas: consegui contratar duas, uma delas era a Maria Tereza. (URBAN, 1998, p.127-128)

Por conta da herança pessoal e institucional voltada para o mundo produtivista e comercial, o IBDF se consolidou enquanto a autarquia dos incentivos fiscais. O desenvolvimento florestal e comercial ficou acima de qualquer noção de conservacionista devido a sua “missão” destinada para a exportação de madeiras. Porém, ao lado das políticas

---

<sup>10</sup> Militar de carreira. Desempenhou a função de presidente do Instituto Nacional do Pinho antes de assumir o IBDF.

<sup>11</sup> Engenheiro agrônomo, especializado em conservação da natureza e ecologia. Também atuou na confecção do Código Florestal de 1965.

desenvolvimentistas, a ala conservacionista buscava ocupar espaços no Estado estrito. Foi fundamentalmente com a participação do engenheiro agrônomo Magnanini, que fora convidado por José Candido Melo Carvalho em 1966 para ser diretor da FBCN, que foi possível o crescimento no interior do instituto da preocupação conservacionista.

Em fins da década de 1960, a ditadura civil-militar lançou a Carta de Brasília, cujo objetivo residia na “ política nacional de incremento à agricultura”. As metas delineadas pela carta para a região amazônica estavam diretamente vinculadas com a expansão do mercado madeireiro, sendo apontado a necessidade de implementação de uma “política florestal racional” para a devida exploração da Amazônia, como forma de atender à crescente procura internacional de madeiras. Assim sendo, a exploração do potencial madeireiro da região amazônica ficaria sob responsabilidade do IBDF. Dessa maneira, desenvolver é aumentar as exportações. Seguindo tal premissa, uma das primeiras ações que o IBDF teve em relação à Amazônia foi de estabelecer que a heterogeneidade das espécies de madeira se configurava como um problema produtivo e comercial, sendo estabelecido o reflorestamento com espécies coníferas homogêneas de conhecido valor industrial e comercial.

O presidente do IBDF ao visitar a região amazônica em 1969, ressaltou que a o objetivo do “governo revolucionário” seria da conquista da Amazônia. Com a argumentação de necessidade de fixação populacional e de industrialização do setor madeireiro, o IBDF proibiu as exportações de madeiras em toras, o que foi motivo de reclames das classes patronais presentes no evento.

Já em fins de 1969, ocorreu a mudança de presidência do instituto, sendo nomeado pelo Ministro da Agricultura Cerne Lima o paranaense Newton Carneiro<sup>12</sup> para a presidência do IBDF. Cerne Lima argumentou que a escolha do novo presidente foi baseada na necessidade que o instituto possuía de ter alguém gabaritado no assunto. Sob a presidência de Carneiro, os incentivos fiscais promovidos pelo IBDF foram fundamentais para a ampliação das florestas homogêneas como nunca visto antes.

A visita de Carneiro tanto a Manaus como à Belém foi vista com bons olhos pelas sociedades civis empresariais da região. Sua visita deu-se para a discussão com os empresários locais para a implementação de uma “nova política para exportação de madeiras”. A reunião foi realizada no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), tendo como principal demanda dos grupos empresariais: a revogação da resolução que impedia a exportação de madeiras em toras. Com a pressão das classes patronais, a resolução foi revogada pelo instituto, assim como foi estabelecido novos critérios para a exportação, sendo necessário a apresentação do projeto de reflorestamento homogêneo das áreas exploradas.

Por conta o grande volume de incentivos fiscais fornecidos pelo IBDF, a partir da articulação de associações de reflorestadores estaduais e do então secretário-geral do IBDF Milton Peixoto, foi criada uma unidade central que ficaria responsável pelas empresas reflorestadoras de todo território nacional, sendo a Associação dos Reflorestadores do Brasil (ARBRA). Em 1972, a presidência do IBDF foi ocupada pelo genro de Castello Branco, o advogado João Maurício de Mello Franco Nabuco. Durante o mesmo período, a ARBRA passaria a estar presente nos eventos e como membro conselheiro das decisões do IBDF, sendo considerada “a porta voz da classe empresarial no IBDF”(Correio da manhã-rj, 1972, p.7)

Ao lado do esforço realizado pelo instituto para o crescimento do reflorestamento com espécies homogêneas, temos a crescente participação da FBCN sob a presidência de Walterbilt Duarte de Barros, que também desempenhava funções no IBDF, sendo firmado o convênio entre o IBDF e a FBCN em inícios da década de 1970. Dentre as ações conservacionistas influenciadas pela FBCN, foi a proibição da caça profissional na Amazônia, que fora completamente atacada pelas classes empresariais do Amazonas. O biólogo José Cândido de Melo Carvalho foi enviado para “um encontro informal” com os exportadores e comerciantes de couros e peles da Zona Franca de Manaus para que fossem explicados o motivo da proibição. No encontro, o ambientalista foi enfático ao afirmar que as leis são para serem cumpridas e que as classes empresariais deveriam se adaptar a nova realidade, tanto em relação à caça de animais silvestres, como da exportação de madeiras em toras.

---

<sup>12</sup> Um dos colaboradores do Código Florestal de 1965, e até sua nomeação, professor da Escola de Florestas na Universidade do PR. Newton já havia sido secretário de agricultura no governo do Paraná e deputado federal por três mandatos (pela UDN e depois pela ARENA).

Por conta de tal situação, a Associação Comercial do Amazonas em conjunto de outras sociedades civis, organizaram a visita do General Médici a região amazônica como forma de tentar reverter as políticas conservacionistas que lentamente iam sendo implementadas. A principal reivindicação manifestada pelas classes patronais, seria da revogação da portaria proibitiva da caça profissional no território, alegando que a atividade seria o cerne da economia do homem amazônico.

O avanço do interesse nas pesquisas florestais no Brasil teve como estímulo a tutoria realizada pelas Nações Unidas com o Projeto BRA-45. A ONU, por meio da FAO, foi responsável pelo fornecimento do aparato técnico-científico para o aprofundamento das pesquisas florestais na Amazônia. Durante a visita do engenheiro australiano Maxwell Ralph Jacobs, consultor da FAO e especialista em reflorestamento homogêneo com *eucaliptus*, argumentou que “a floresta amazônica nunca acabará devido seu processo de rápida regeneração” (Jornal do Comercio- am, 1971, p.5).

O papel da FAO na Amazônia foi de “ajudar” o Brasil na seleção madeiras nobres destinadas à exportação para a Europa. Também foi discutido a necessidade de criação de Reservas Florestais como fator fundamental para o abastecimento do mercado interno e externo. Desta forma, demonstra-se que no início da década de 1970, o interesse por parte de entidades internacionais e do próprio IBDF na criação de reservas naturais estariam vinculados a necessidade de abastecimento do mercado de madeiras internacional.

Com o pedido de demissão de João Maurício após a substituição de Cerne Lima do Ministério da Agricultura em 1973, o então secretário-geral Eng. Civ. Joaquim Carvalho<sup>13</sup> assumiu a presidência do órgão. Já no I Encontro Nacional de Defesa de Recursos Naturais, Carvalho demonstrou sua opinião sobre a ocupação da Amazônia e das críticas recebidas pelos conservacionistas por conta da construção da Transamazônica: “ainda não se descobriu nenhum processo de construir estrada de ferro ou de rodagem sob a copa das árvores” (Jornal do comercio-rj, 1973, p.4). Joaquim Carvalho argumentava que pelo fato de o Brasil possuir 20% das reservas florestais mundiais, em um prazo de 10 anos conseguiria gerar receitas de 22 bilhões de dólares, sendo a dívida externa brasileira de 11 Bilhões de dólares, a exportação de madeiras surgiria como salvação para a economia brasileira. Em paralelo ao otimismo da utilização da floresta enquanto salvadora das divisas brasileiras, o IBDF passava por uma reformulação administrativa, influenciada fundamentalmente pelas críticas sofridas pelo Brasil na Conferência de Estocolmo de 1972.

Em meio ao êxtase do crescimento produtivo e econômico na região amazônica, as denúncias da botânica Margaret Mee apontavam para a devastação de variadas espécies em território amazônico. Seu depoimento apontava para a devastação de espécies e bosques, principalmente em relação ao “pau rosa”(Jornal do comercio-am, 1973) que há pouco tempo havia entrado no mercado europeu por intermédio da FAO. A denúncia realizada por Margaret foi confirmada pelo delegado estadual do Amazonas, o engenheiro agrônomo Vivaldo Campbell Araújo, mas negada pelo senador Flávio Brito. O representante político do Amazonas em Brasília afirmava que somente quem conhecia a região sabia da real imensidão física da floresta (Jornal do comercio-rj, 1974, p.3). Porém, o próprio delegado do IBDF afirmava que não possuía recursos materiais e humanos para a fiscalização de todo Estado.

Com a entrada da temática ambiental na formulação de políticas públicas alavancadas pelo Estado, em 1974 foi anunciado o II Plano Nacional de Desenvolvimento com alterações na estrutura administrativa do IBDF, sendo estabelecido uma “nova dinâmica” de exploração, sendo lastreada na utilização dos recursos racionais “entrosada ao conservacionismo” (Jornal do comercio-rj, 1974, p.5). Desta maneira, com a pressão exercida pela FBCN foi criada no Estado Estricto, o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, sendo o ponto de aglutinação dos conservacionistas na autarquia, liderada pela Eng. Agrônoma e membro da FBCN Maria Tereza de Pádua.

---

<sup>13</sup> Joaquim Carvalho exercia a função de assessor no Setor Industrial no Ministério do Planejamento.

Após a demissão de Joaquim Carvalho, o Eng. Agr. Paulo Azevedo Beirutti<sup>14</sup> assumiu a presidência do instituto. Com a sua nomeação, o eixo das prioridades do IBDF passou a se concentrar no Sudeste, principalmente por conta dos incentivos fiscais destinados a plantações de florestas para o abastecimento da indústria. Após anos com a política de incentivos fiscais para o reflorestamento, foi somente em 1975 que o instituto passou a exigir a visita prévia para a liberação de recursos para novos projetos, já que havia constantes denúncias de fraudes com projetos não implementados.

Beirutti afirmava que o instituto não possuía técnicos para desempenhar a atividade de proteção da natureza, sendo delegado para a FBCN o exercício de tal empreitada. Em 1976, acompanhando os efeitos do choque do petróleo em 1973, o instituto não possuía a capacidade de continuar o fornecimento de incentivos fiscais como no início da década. Gradativamente a capacidade de incentivos fiscais foram diminuindo.

O IBDF passou por momentos de controvérsia e mudanças em sua liderança devido à pressão de diferentes interesses em relação à exploração da Amazônia. Enquanto o IBDF trabalhava em uma “política de exploração florestal racional”, grupos se mobilizavam para a defesa da Amazônia e criticavam a omissão do instituto em relação aos povos indígenas, o movimento colonizatório e questões minerais. Em um congresso florestal realizado em Manaus, o presidente do IBDF, Beirutti, propôs a abertura da Amazônia ao capital estrangeiro como forma de pagar a dívida externa brasileira, o que gerou críticas de diferentes setores. Por conta da polêmica, Beirutti acabou sendo substituído por Carlos Neves Galuf, que era presidente da Associação dos Reflorestadores do Centro-Oeste.

Com o discurso voltado para a “exploração racional” da Amazônia, Carlos Neves esteve na maior parte do tempo preocupado com a sua relação com as empresas do ramo de reflorestamento. No período de sua permanência na direção do IBDF, defendeu recorrentemente a utilização do álcool da madeira, sobretudo do eucalipto, como forma de obtenção de energia. Galluf defendia também que o IBDF fosse transformado em empresa para que pudesse explorar as madeiras que seriam inundadas com a construção da Usina de Tucuruí, onde já existia dúvidas, inclusive, da existência de tempo hábil para extração das madeiras.

Essa postura de Neves e Galluf ia de encontro às visões de ambientalistas e defensores do meio ambiente, que alertavam para os impactos negativos da exploração desenfreada da Amazônia e questionavam a viabilidade e sustentabilidade dessas práticas. Além disso, a transformação do IBDF em empresa poderia significar uma perda de autonomia e controle sobre as políticas ambientais e de conservação da natureza, tendo em vista os interesses econômicos e particulares que poderiam se sobrepor ao interesse público e ao meio ambiente. A questão da extração do álcool da madeira também não era consensual, uma vez que poderia gerar desmatamento e impactos socioambientais em áreas onde a extração fosse intensificada. Assim, a postura de Neves e Galluf refletia uma visão desenvolvimentista, em que o lucro e o crescimento econômico eram priorizados em detrimento da proteção do meio ambiente e da qualidade de vida das populações locais.

Galluf permaneceu por um curto período na direção do instituto, sendo substituído pelo Eng. Agr. Mauro Silva Reis, que lecionava no curso de agronomia da Universidade de Viçosa. Em seu discurso de posse, Reis afirmava a existência da necessidade de uma “visão realista” sobre a exploração econômica da floresta, sendo estabelecido o objetivo de “harmonizar a utilização das potencialidades econômicas da região com a preservação de seus recursos naturais” (Jornal do comercio-rj, 1980, p.3). No “novo método de exploração” ficou estabelecido a extração de madeiras previamente marcadas, sendo selecionadas e fiscalizadas pelo próprio IBDF. A exploração da floresta seria racional e ecológica porque teria como foco áreas que já seriam desmatadas pelos projetos agropecuários e de construção de usinas hidrelétricas.

O então presidente do IBDF defendia a necessidade de uma política florestal que realizasse a vinculação entre a colonização, desenvolvimento e conservação para a Amazônia. Reis buscava dar ênfase a necessidade de emprego de técnicas

---

<sup>14</sup> Beirutti foi Diretor da Escola Agro técnica Federal de Muzambinho, também desempenhou sua função de Eng. Agrônomo no Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuários do Centro-Oeste.

produtivas para a extração de madeiras na Amazônia, negando qualquer possibilidade de devastação ambiental, elegendo a colonização, assim como as hidrelétricas como os principais responsáveis pela devastação.

A noção de reflorestamento florestal existente na classe política e empresarial na Amazônia estava marcadamente influenciada pela lógica do desenvolvimento econômico – ao ponto de pasto ser considerado reflorestamento – Porém, com a crescente devastação ambiental percebida de maneira mais concisa no início da década de 1980, diversas medidas foram tomadas para a implementação de reservas em toda região amazônica. A efetivação das reservas, assim como de sua fiscalização, recebeu financiamento do Banco Mundial, sendo este, um dos principais financiadores da colonização e da destruição ambiental ocorrida na Amazônia, agora atuava para a sua “preservação”.

Já sob as ordens do Eng. Florestal Antônio José Costa de Freitas Guimarães, o último presidente do instituto antes de sua dissolução, as queimadas na Amazônia, como parte resultante dos projetos desenvolvimentistas, foram tratados com grande preocupação pelas autoridades locais, nacionais e internacionais. A expansão do IBDF no território amazônico só foi realizado com maior afinco quando o Banco Mundial passou a financiar os novos postos de controles. A cada ano, a área desmatada aumentava. A pressão das empresas agropecuárias em busca de expandir seus negócios, aliada ao enfraquecimento das políticas públicas destinadas à proteção ambiental, contribuiu para o agravamento da situação. A falta de controle do IBDF sobre as atividades econômicas na Amazônia e a ineficiência na fiscalização dos desmatamentos e das queimadas foram amplamente criticados pela sociedade civil e pelos organismos internacionais de meio ambiente. A imagem do Brasil perante a comunidade global foi fortemente afetada, e muitos países começaram a pressionar o governo brasileiro para adotar medidas mais efetivas na luta contra o desmatamento e pela preservação da Amazônia. Assim como a floresta, o IBDF virou cinzas, não pelo fogo, mas pela sua total falta de efetividade, já que não era mais capaz nem de oferecer os incentivos fiscais, e muito menos a proteção da natureza.

#### **4. Conclusão**

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal desde o momento de sua criação esteve diretamente vinculado a uma dada interpretação do que viria ser o “desenvolvimento”. Fortemente influenciado pelo ideário desenvolvimentista presente na Ditadura Civil-Militar, a razão da existência da autarquia era de estimular a ampliação comercial e produtiva do setor florestal brasileiro. “Desenvolvimento” tinha por significado, o aumento da obtenção de divisas estrangeiras no mercado internacional. Porém, um pequeno grupo se estruturou no interior da autarquia, passando a defender e aplicar políticas públicas conservacionistas. A contradição da autarquia também era refletida pela sua própria jurisdição, ao mesmo tempo em que era responsável pela aplicação do Código Florestal de 1965, também deveria aplicar e a Lei de Incentivos Fiscais de 1966, onde haveria estímulo para o desmatamento de espécies heterogêneas para a plantação de espécies homogêneas, voltadas para o abastecimento da indústria e do mercado em geral. Ao mesmo tempo em que era estimulado o aumento da produção e comercialização da madeira, também era dever da autarquia a proteção da fauna e da flora, o que acarretou em inúmeros conflitos, principalmente na região amazônica. A interligação existente entre a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza com o Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza se deu justamente por conta da existência da duplicidade de atuação, já que os técnicos do instituto eram ao mesmo tempo militantes da entidade conservacionista.

Em conjunto da diminuição da capacidade do Estado brasileiro em manter o fornecimento de incentivos fiscais para o reflorestamento, as críticas ao IBDF iam em direção da sua incapacidade de controlar o imenso desmatamento na Região Norte do país, principalmente após anos de colonização e desmatamento desenfreado. Sem conseguir desenvolver economicamente o setor florestal, e muito menos preservar as florestas originais, a autarquia foi extinta após uma enxurrada de críticas públicas, sendo incorporada à Secretaria Especial do Meio Ambiente no ano de 1989.

A articulação da FBCN enquanto a principal entidade conservacionista do período com a autarquia federal destinada ao desenvolvimento e proteção do setor florestal brasileiro apresenta-se como um possível caminho de pesquisa para a devida mensuração do impacto da participação da entidade na adoção de políticas públicas ambientais. Os conflitos existentes para a escolha e a efetivação de Parques Nacionais, da luta constituição das Unidades de Conservação, dos grupos contrários, enfim, de seus embates e obstáculos historicamente situados, expressam as relações de força que constituem o Estado e sua ação perante o coletivo.

Importante ressaltar que, da mesma forma em que se faz necessário um estudo mais sistemático a respeito da FBCN, o mesmo deve ser feito em relação a atuação dos grupos empresariais madeireiros e reflorestadores, uma vez que é perceptível a hegemonia destes grupos na direção da autarquia. Assim, a identificação sistemática de presidentes, diretores, secretários, técnicos e grupos da sociedade civil, poderá fornecer importantes indicativos do que permeia a escolha de determinados caminhos pela autarquia, ou melhor, pelos grupos hegemônicos em seu interior. Ainda existe um grande material a ser pesquisado, mas alguns caminhos nesse breve artigo servirão com ponto de partida para análise de uma pequena parte da política ambiental brasileira.

## Referências

- Alto madeira (1976). *Alto madeira*. BnDigital, (nº 12310), p. 2, 10 de janeiro de 1976. <http://bndigital.bn.br>
- Alto Madeira (1983). *Alto madeira*. BnDigital (nº 14415), p. 3, 06 de janeiro de 1983. <http://bndigital.bn.br>.
- Batista, L. S. B & Kumada (2021), K. M. O. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. *Rev. Bras. de Iniciação Científica* (RBIC), IFSP Itapetininga, 8, e021029.
- Brasil. (1968) Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. *Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências*. MA/IBDF.
- Brasil. (1965) Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. *Institui o novo Código Florestal*, Brasília/DF.
- Brasil. (1966) Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966. *Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais*, Brasília.
- Correio da Manhã (1972). *Correio da manhã*, BnDigital (nº 24352), p. 7, 01 de setembro de 1972. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br>>. Acesso em: 05/03/2020.
- Dreifuss, R. A. (1981). *1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe)*. Ed. Vozes.
- Franco, J. L. de A. (2009). O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *TEXTOS DE HISTÓRIA*, vol. 17(1), p. 59-84.
- Gramsci, A. (1968) *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (1982) *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Civilização Brasileira.
- Gomes, A. C. (1991) *O Brasil de JK*; Clovis de Paro et al. - Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 44-70.
- Gruppi, L. (1986) *Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. L&PM.
- Jornal do commercio AM (1971). *Jornal do commercio*, BnDigital (nº 20843), p. 5, 07 de novembro de 1971. <http://bndigital.bn.br>.
- Jornal do commercio AM (1973). *Jornal do commercio*, BnDigital (nº 21258), p. 9, 19 de abril de 1973. <http://bndigital.bn.br>.
- Jornal do commercio RJ (1973). *Jornal do commercio*, BnDigital (nº 00014), p. 4, 17 de outubro de 1973. <http://bndigital.bn.br>
- Jornal do commercio RJ (1974). *Jornal do commercio*, BnDigital (nº 00104), p. 5, 08 de fevereiro de 1974. <http://bndigital.bn.br>.
- Jornal do commercio RJ (1980). *Jornal do commercio*, BnDigital (nº 00195), p. 3, 28 de junho de 1980. <http://bndigital.bn.br>.
- Martins, J. S. (1996) O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, , 8(1), 25-70.
- Mccormick, J. (1992) *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Ed. Relume Dumará.
- Mello, J. M. C. (1984) *O Capitalismo Tardio*. Brasiliense.
- Mendonça, S. R. (1998) “Estado e Sociedade”. In: Mattos, M. B. (org.). *História: pensar & fazer*. Niterói, LDH-UFF, pp. 13-32

Oliveira, A. L., Borges, L. A. C., Coelho Junior, M. G., Barros, D. A., & Coelho Junior, L. M. (2020) Substituição florestal no Brasil: uma política fundamental para a silvicultura. *Floresta e Ambiente*; 27(4), 2-12.

Prebisch, R. (1949) O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas, *Revista Brasileira de Economia*, 3(3), Fundação Getúlio Vargas, setembro.

Ribeiro, J. L. P. (2014) Revisão De Investigação e Evidência Científica. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(3), 671-682.

SACHS, W. Desenvolvimento. (2000a) In: Esteva, G. (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Vozes, p. 59-83.

Souza, J. V. (2013) *Congresso Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962- 2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza*. Brasília.

Simonsen, M. H. (1974) *A nova economia brasileira*. J. Olympio.

Skidmore, T. (1982) *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo branco, 1930-1964*. (7a ed.) Paz e Terra.

Toledo, C. N. (1997) *ISEB: fábrica de ideologias*. Ed. UNICAMP.

URBAN, T. (1998) *Saudade do Matão: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil*. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur.